



EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: REFERENCIAL DE ORIENTAÇÃO AO PROCESSO EDUCATIVO

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
(ORGANIZADOR)



EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: REFERENCIAL DE ORIENTAÇÃO AO PROCESSO EDUCATIVO

GUSTAVO HENRIQUE CEPOLINI FERREIRA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação geográfica: referencial de orientação ao processo educativo

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação geográfica: referencial de orientação ao processo educativo / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-540-2

DOI 10.22533/at.ed.402202810

1. Educação geográfica. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini (Organizador). II. Título.

CDD 910.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Educação Geográfica: referencial de orientação ao processo educativo” cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de dez capítulos de professores, técnicos e pesquisadores oriundos de diferentes instituições brasileiras e chilena.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento da Educação Básica no país em consonância com a formação inicial e continuada de professores. Por isso, reitera-se a oportunidade em debater a ciência geográfica e algumas propostas que possam convergir para a construção de uma Educação Geográfica crítica, comprometida e propositiva para derrubar muros, cercas e fronteiras.

No decorrer dos capítulos as autoras e os autores apresentam leituras inerentes ao Ensino de Geografia, Ciberespaço, Educação Profissional, Políticas públicas, Política Externa, Formação Científico-Humanista, Expansão urbana, impactos ambientais, preservação urbana, mobilidade urbana, Geografia Literária, Geografia Política e o acesso à saúde nos assentamentos rurais. Tais temas são essenciais para construção de uma Educação Geográfica que fomente à cidadania e transformação social e territorial.

Assim, esperamos que as análises e contribuições ora publicadas na Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da educação geográfica transformando as realidades, ensinando com criticidade, derrubando as barreiras com coerência metodológica e, sobretudo, estabelecendo diálogos e pontes para um novo presente-futuro.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA, TECNOLOGIA E CIBERESPAÇO: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL?

Lânderson Antória Barros

Dione Dutra Lihtnov

DOI 10.22533/at.ed.4022028101

CAPÍTULO 2..... 11

OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Juliana Lopes Lelis de Moraes

Nelba Azevedo Penna

DOI 10.22533/at.ed.4022028102

CAPÍTULO 3..... 20

ESTUDIO ACERCA DE FACTORES DETERMINANTES EN LA ELECCIÓN DE UN PLAN DIFERENCIADO EN ESTUDIANTES DE ENSEÑANZA SECUNDARIA DE DOS COLEGIOS CHILENOS

Angélica Aurora Corrales Huenul

Loreto Inés Caro Concha

Cristian Andrés Espinoza Fuenzalida

Boris Alexander Espinoza Peña

DOI 10.22533/at.ed.4022028103

CAPÍTULO 4..... 30

EXPANSÃO URBANA E IMPACTOS AMBIENTAIS: CARACTERIZAÇÃO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL ENTRE OS ANOS DE 1990 E 2018 NO VETOR DE CRESCIMENTO SUDOESTE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, SP - BRASIL

Mônica Kurak Lombardi

Roberto Braga

DOI 10.22533/at.ed.4022028104

CAPÍTULO 5..... 44

A DINÂMICA DA MATERIALIDADE/IMATERIALIDADE NO DICOTÔMICO CONTEXTO DA PRESERVAÇÃO URBANA

Jussara Martins Rodrigues

João Donizete Lima

DOI 10.22533/at.ed.4022028105

CAPÍTULO 6..... 53

DIAGNOSTICAR PARA PLANEJAR: ÁREAS VERDES INTRA-URBANAS DEGRADADAS, O EXEMPLO DA SERRA DA MISERICÓRDIA

Patricia Luana Costa Araújo

Felipe Gonçalves Amaral

Rita Maria Cupertino Bastos

Camilla Bandeira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4022028106

CAPÍTULO 7..... 64

O CONTORNO MESTRE ÁLVARO: ALTERNATIVA AO FLUXO VIÁRIO DA BR-101 NORTE NO MUNICÍPIO DE SERRA (ES)

Álvaro Luiz de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.4022028107

CAPÍTULO 8..... 85

A IDENTIDADE E O LUGAR NA OBRA DE JORGE AMADO: A GEOGRAFIA LITERÁRIA DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA

Rita de Cássia Evangelista dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.4022028108

CAPÍTULO 9..... 94

DEFESA DO ESTADO BRASILEIRO E LIMITES DA ATUAL POLÍTICA EXTERNA

Rosivania Santos de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.4022028109

CAPÍTULO 10..... 109

SAÚDE, ACESSO E ACESSIBILIDADE NA (RE)PRODUÇÃO DA VIDA DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO ITAMARATI – PONTA PORÃ – MATO GROSSO DO SUL

Alex Sandro Vergino Lima

DOI 10.22533/at.ed.40220281010

SOBRE O ORGANIZADOR..... 120

ÍNDICE REMISSIVO..... 121

DEFESA DO ESTADO BRASILEIRO E LIMITES DA ATUAL POLÍTICA EXTERNA

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 02/08/2020

Rosivania Santos de Jesus

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas (FFLCH) da Universidade de São
Paulo (USP)
São Paulo – SP
CV: <http://lattes.cnpq.br/3325122944311053>

RESUMO: Para compreender o mundo em que se vive a partir do raciocínio espacial faz-se necessário o estudo da interação entre política e território, ou seja, o entendimento da geografia política para atender alguns dos princípios da educação geográfica: o da analogia e o da diferenciação. O que se pretende é realizar uma avaliação sobre as ações que diminuíram o papel do Estado e o conseqüente impacto na questão da soberania, defesa e sua política externa no atual cenário brasileiro. Assim como, contextualizar os discursos geopolíticos nas redes de poder internas do Estado centrado nas relações dos atores sociais. Pois, o Brasil contribuiu para o aprimoramento das estruturas de governança global ao participar das operações de paz da ONU, cooperar com países menos desenvolvidos, disputar assento no Conselho de Segurança, ou seja, exercendo responsabilidades pela sua integridade onde os negócios possam prosseguir tranquilamente. Diante da crise do sistema financeiro mundial com seu auge em 2008, o mundo configurou-se

para o acirramento da competição internacional econômica, política e militar, basta observar o empobrecimento massivo da população, a intensa fuga de excedentes, o aumento da exploração da força de trabalho e a alta concorrência das mercadorias da China no mercado mundial. É nesse momento que o aparelho do Estado tende a achar meios para controlar e superar as dificuldades, com incentivos permanentes para o dinamismo organizacional e tecnológico fazendo necessário um complexo militar e industrial que oriente os caminhos da inovação. Portanto no âmbito da Segurança e Defesa nacional, atualmente, o impacto de o país garantir a continuidade de projetos estratégicos nacionais entra em contradição com a política econômica do governo. A política econômica adotada tem impacto direto na política estratégica devido às características territoriais e marítimas do país, com grande reserva de petróleo e cerca de 1/3 de água do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Política de Defesa. Política Externa. Orçamento. Soberania.

DEFENSE OF BRAZILIAN STATE AND LIMITS OF CURRENT FOREIGN POLICY

ABSTRACT: To understand the world in which we live from spatial reasoning, it is necessary to study the interaction between politics and territory, that is, the understanding of political geography to meet some of the principles of geographic education: analogy and differentiation. The aim here is to carry out an assessment at the actions that diminished the role of the State and the consequent impact on the issue of sovereignty, defense and foreign policy in the current

Brazilian scenario. As well as, contextualize the geopolitical discourse in the internal State power networks, focused on the relations of social players. For, Brazil has contributed to the improvement of global governance structures by participating in UN peacekeeping operations, cooperating with less developed countries, disputing a seat on the Security Council, which is, exercising responsibilities for its integrity where business can proceed smoothly. Faced with the world financial system crisis, with its peak in 2008, the world has configured for the intensification of international economic, political and military competition. It is enough to observe the massive impoverishment of the population, the intense leakage of surpluses, the increase in the exploitation of force and the high competition from Chinese goods on the world market. It is at this moment that the State apparatus tends to find ways to control and overcome difficulties, with permanent incentives for organizational and technological dynamism, making a military-industrial complex necessary to guide the paths of innovation. Therefore, in the scope of national Security and Defense, the impact of the country guaranteeing the continuity of national strategic projects is in contradiction with the current government's economic policy. The economic policy adopted has a direct impact on strategic policy due to the country's territorial and maritime characteristics, with a large oil reserve and about 1/3 of the world's water.

KEYWORDS: State. Defense Policy. Foreign Policy. Budget. Sovereignty.

1 | INTRODUÇÃO

O Estado, por mais democrática que seja sua forma, não é expressão da vontade geral (ROUSSEAU, 2003, p. 40-41), mas sim um instrumento de dominação de classe. Vide o fato ocorrido em 2016, sem a pretensão de realizar aqui o debate recorrente ideológico se foi golpe ou não o acontecimento. Sabe-se, no entanto, que o processo se constituiu como uma ruptura democrática, que mesmo havendo uma mobilização popular que elevou um operário a presidência da república e elegeu um projeto de governo por quatro vezes seguidas não foram suficientes para romper por completo as forças do passado.

O mundo inteiro está dividido em Estados e que atua de modo global num sistema de governança multilateral representativa na nova distribuição do poder mundial regido pela Organização das Nações Unidas (Conselho de Segurança). Em que esse sistema exige cooperação e não conflito, salvo em seu direito de polícia (BULL, 2002, p. 23-26). Utilizando a diplomacia como alternativa à guerra, um instrumento de ação externa. Nesse sentido, entende-se que para a formulação de uma grande estratégia deve-se combinar política de defesa e política externa.

Sabe-se também, que por si só há uma nova reconfiguração do papel do Estado no contexto de globalização que evidencia sua vulnerabilidade e o baixo controle sobre seus territórios e fronteiras, reduzindo a capacidade de proteger sua população. Sendo assim, faz-se necessário conhecer a realidade na atualidade, para que tenhamos condições de interferir no seu processo e transformá-lo, através do aumento do nível de controle democrático e da participação social nos assuntos de Estado e na vinculação da política de

defesa e política externa.

Frente ao exposto, o que se pretende aqui é realizar uma avaliação sobre as ações que diminuiram o papel do Estado e o conseqüente impacto na questão da soberania, defesa e sua política externa no atual cenário brasileiro. E por fim, contextualizar os discursos geopolíticos nas redes de poder internas do Estado.

21 NOVO PAPEL DO ESTADO-TERRITORIAL

O Brasil contribuiu para o aprimoramento das estruturas de governança global ao participar das operações de paz da ONU, cooperar com países menos desenvolvidos, disputar assento no Conselho de Segurança, ou seja, exercendo responsabilidades pela integridade do sistema internacional. Reiterando, de acordo com Rosenau (1992) “um mundo de paz e cooperação”, onde os negócios possam prosseguir tranquilamente. A chamada governança global compreende o conjunto de instituições, normas e regimes multilaterais existente no âmbito internacional. A atuação brasileira neste conjunto merece destaque na participação em negociações internacionais de diversos temas (população, meio ambiente, direitos humanos, criança, desenvolvimento social, moradia), a Cúpula do Milênio, rodas na OMC e nos debates de reforma das instituições multilaterais. Nesse sentido, Rosenau (1992), assinala sobre os diversos atores que influenciam a política externa de um Estado.

As relações entre os estados vão depender, sempre da forma como o poder é exercido dentro de cada Estado. Pela atuação de atores governamentais e não-governamentais e pelos entendimentos intersubjetivos formais e informais relacionado ao seu funcionamento e evolução. O Estado, portanto, é um ator entre os outros na sua ação de política externa. (ROSENAU, 1992, p.15-16)

O fenômeno da globalização, segundo Milton Santos (1994) intensificado pela revolução técnico-científica-informacional, indica interdependência de todas as economias nacionais num sistema global, como também implica o surgimento ou expansão de problemas comuns da humanidade (refugiados, desmatamento, aquecimentos global, terrorismo, tráfico de armas e drogas, etc.). Assim, a guerra, cada vez mais deixa de ser uma exclusividade dos Estados nacionais e passa a contar com inúmeros outros agentes ou protagonistas, levando de fato a uma perda relativa das soberanias nacionais. Como lembra Raffestin (1993), “Não há política somente no estado, o poder político está em toda forma de organização”. Existem distintas variantes de poder, para além da atuação do Estado, sendo assim todas as relações do território são relações de poder. O território é demarcado por limites, os quais são expressão das relações de poder, dessa forma o produto dos atores sociais que derivam do sistema sociedade-tempo-espaço é marcado pelo modo de produção. (RAFFESTIN, 1993).

A crise do sistema financeiro mundial, com seu auge em 2008, configurou o mundo para o acirramento da competição internacional econômica, política e militar, basta observar

o empobrecimento massivo da população, a intensa fuga de excedentes, o aumento da exploração da força de trabalho e a alta concorrência das mercadorias da China no mercado mundial. De acordo com Harvey (2011) na disputa do poder do capital sobre o trabalho, o capital sempre vai reprimir os trabalhadores e suprimir salários. É nesse momento que o aparelho do Estado tende a achar meios para controlar e superar as dificuldades, com incentivos permanentes para o dinamismo organizacional e tecnológico, portanto, faz-se necessário um complexo militar e industrial que oriente os caminhos da inovação.

3 I SEGURANÇA E DEFESA NACIONAL

O Brasil tem adotado como estratégia nacional de segurança e defesa com outros países o diálogo e a cooperação. Utilizando a defesa como instrumento de prevenção e resolução de conflitos, a exemplo, das intervenções no Haiti (MINUSTAH/2004) e no Líbano (UNIFIL/2011), cujas missões foram lideradas pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO). Tais ações têm por objetivo adquirir confiança na ONU para obter um espaço definitivo no Conselho de Segurança.

Ações consoantes aos documentos oficiais, END e PDN (2016) na concepção estratégica de defesa do Brasil predizem a “prevalência da ação diplomática, em tempo de paz ou de crise, em que será perseguido o entendimento para eventuais divergências e disputas, observando-se os preceitos do direito internacional e os compromissos firmados pelo País”. Assim, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas contribuem para a diplomacia ao interagirem com outros países reforçando os laços de confiança mútua e amizade, onde a diplomacia antecede o uso da força. (EDN, 2016).

3.1 Limites da Nova Política de Defesa

Atualmente, o impacto de o país garantir a continuidade de projetos estratégicos nacionais entra em contradição com a política econômica do governo em exercício. Uma das principais medidas anunciadas pelo governo do Presidente Michel Temer foi de limitar os gastos públicos, através da aprovação da PEC 55 pelo Senado, que congela os gastos por 20 anos a partir de 2017, com uma possível revisão em 10 anos, numa tentativa de solucionar a questão fiscal através do controle de despesas.

A diminuição dos recursos afeta políticas públicas que beneficiam diretamente as classes sociais mais baixas, daqueles que mais dependem dos serviços do Estado, o que tende a piorar a qualidade de vida e retroceder o quadro de desigualdade social do país, que melhorou nos últimos anos. Da mesma forma o impacto do teto dos gastos atinge investimentos em projetos estratégicos nacionais que podem ser desastrosos.

LIMITES DE EMPENHO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Figura 1: Limite de empenho do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Cortes no orçamento no sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação demonstram isso. Investimentos no setor caíram de R\$ 8,4 bilhões em 2014 para R\$ 3,2 bilhões em 2017, para 2018, o programado é ainda menor, de R\$ 2,7 bilhões (CAMARA LEGISLATIVA, 2017) que podem inviabilizar pesquisas em andamento no país. Projetos estratégicos como o Acelerador de Luz Síncroton, em fase final de construção em São José dos Campos (SP), ou o Reator Multipropósito Brasileiro estão correndo sérios riscos. A consequência imediata da descontinuidade desses programas é à saída de cientistas e pesquisadores de altíssimo nível para países onde a Ciência seja entendida como fator de desenvolvimento.

A proposta de orçamento apresentada para 2018 pelo Ministério do Planejamento sofre cortes expressivos nas áreas de atuação governamental da defesa e política externa.

Área ou programa	R\$ em 2017	R\$ em 2018	Variação %
Ciência, tecnologia e inovação.	3,5 bilhões	2,8 bilhões	-18,09%
Defesa nacional	13,2 bilhões	11 bilhões	-16,9%
Política externa	1,1 bilhão	935 milhões	-21,8
Política nuclear	1 bilhão	614,6 milhões	-40,5%
Política espacial			
Petróleo e gás	123,9 milhões	82,2 milhões	-33,6%
Ministério da Defesa	54,9 bilhões	58,7 bilhões	7,04%

Tabela 1:Variação orçamentária de atuação governamental nas áreas de defesa e política externa

Fonte: Ministério do Planejamento, 2017.

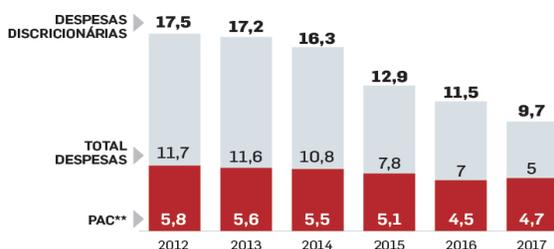
O quadro acima aponta o grande impacto em áreas estratégicas que terão orçamento suprimido em 2018. Os projetos estratégicos das três Forças Armadas, com o PAC Defesa (Programa de Aceleração do Crescimento), destinado a aquisição de helicópteros de médio porte HX-BR, além da nova aeronave de transporte de médio porte chamado projeto-KC-X, os caças Grippen NG, o Programa Nuclear (PNM), o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), a implantação do Sistema Integrado de Fronteiras – SISFRON, o projeto ASTROS 2020 e a aquisição dos Blindados Guarani, tiveram redução de 44,5% desde 2012 e com maior impacto nos anos de 2016 e 2017 com cifras abaixo de 5 bilhões em investimento (figura 2). Projetos estes que requerem recursos alongados, vide figura 3.

CAIXA

● De 2012 para cá, orçamento das Forças Armadas teve redução de 44,5%

EM BILHÕES DE REAIS*

*VALORES ATUALIZADOS PELO IPCA
**PROJETOS DAS FORÇAS INSERIDOS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Figura 2: Orçamento de projetos das Forças Armadas inseridos no PAC

Fonte: Estadão, 2017.

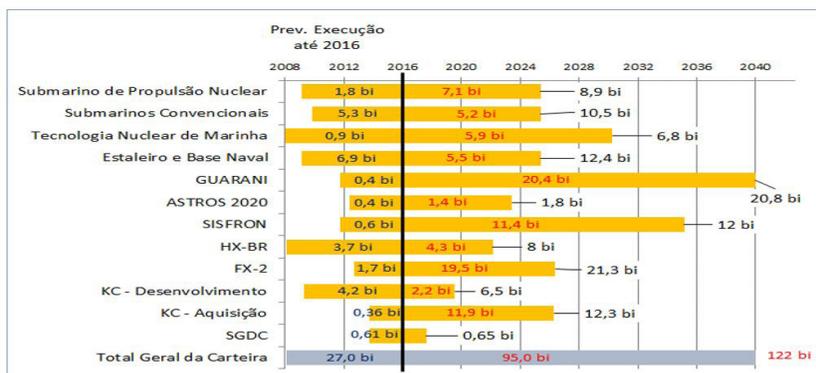


Figura 3: Previsão de execução de projetos estratégicos das Forças Armadas

Fonte: Câmara dos Deputados, 2017.

Alegando incertezas técnicas e elevados custos, em fevereiro de 2017, a Marinha do Brasil anunciou a desmobilização do Navio-Aeródromo. O Brasil era o único a possuir “porta-aviões” no Hemisfério Sul e um dos seis do mundo a possuir um instrumento chave para projeção de poder do país. Além disso, existe a ameaça da desnacionalização de nossa base industrial da defesa através da proposta de fusão da Boeing e Embraer. Embora ainda não esteja definido o escopo do negócio em andamento entre a empresa americana e a indústria nacional.

Faz-se necessário ressaltar, que a Embraer é a única indústria de ponta nacional e a principal empresa aeroespacial do país. Uma empresa de caráter estratégico que precisa ser rigidamente regulada pelos seus governos. Mesmo com a privatização da Embraer, em 1994, o poder de veto foi mantido, desse modo, a transferência do controle acionário para Boeing representa a renúncia de se desenvolver de forma autônoma.

Ainda em 2017, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) firmou acordo com os Estados Unidos, que deve ser o primeiro país a utilizar o Centro de Lançamento de Alcântara (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017), a base que tem melhor localização do mundo para lançamento de satélites. Esse acordo mostra-se lesivo para nossa soberania, e torna cada vez mais impossível a utilização do Centro pelo Brasil, haja vista que acordos como esse abrem precedentes para outros países, como a França, Rússia e Israel que também demonstraram interesse de uso.

3.2 Desvio da Função Estratégica do Exército

O uso das Forças Armadas também tem sido demandado para atuação em Segurança pública por meio da Garantia de Lei e da Ordem - GLO, operação militar determinada pelo Presidente da República que tem por objetivo a manutenção da ordem e prevenção da integridade da população e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos de dever do Estado (polícia civil, polícia rodoviária, bombeiros, etc.). A atividade trata-se do emprego da atividade policial, função subsidiária, desviando a missão principal da instituição: assegurar a integridade do território nacional; defender os interesses e os recursos naturais, industriais e tecnológicos brasileiros; proteger os cidadãos e os bens do país; garantir a soberania da nação.

Apenas na cidade do Rio de Janeiro desde julho de 2017 mais de 40 mil militares já participaram de 15 operações em conjunto com a segurança pública, como também os militares realizaram 33 varreduras em 31 presídios de sete estados (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte). O uso freqüente deste instrumento caracteriza um desalinhamento com a Política Nacional de Defesa. A grave crise nos estados é um problema federativo, e a solução é o fortalecimento dos Estados.

3.3 Política Externa nos Governos Petistas

A direção da política externa brasileira desde a década de 90 indicou sua orientação para adoção de um modelo neoliberal de globalização, incluindo a perspectiva de abertura de fluxo comercial e financeiro. Nos primeiros anos do governo Lula, não houve mudanças substanciais na orientação já adotada, porém o país teve uma atuação protagonista, executando uma política externa ativa e altiva no cenário global.

A política externa do governo Lula foi baseada na estratégia. De acordo com Visentini (2005).

“as relações internacionais do governo Lula são dotadas de três dimensões: uma diplomacia econômica, outra política e um programa social, apresentando um modelo social econômico fazendo frente à globalização. A primeira dimensão é realista, a segunda de resistência e a terceira afirmação propositiva.” (VISENTINI, 2005, P. 388).

A primeira dimensão corresponde ao aspecto de ter abertos os canais de negociação com o Primeiro Mundo, obtendo recursos (investimentos e tecnologia), o segundo refere-se a substituição da política “diplomacia presidencial” devolvendo ao Itamaraty a posição estratégica de formulação e execução da política exterior do Brasil, e a terceira afirmação ao projeto interno do governo Lula que também tem um significativo impacto internacional na medida em que suas propostas sociais vão ao encontro da agenda que busca corrigir as distorções criadas pela globalização, conforme Visentini (2005).

O congresso Nacional desde seu primeiro mandado manteve as forças que o compõe, sendo eleitos deputados e senadores com compromissos conservadores, assim continuou com mais intensidade nos mandatos da Presidente Dilma, em que a maioria fazia diluir qualquer projeto de política externa que representasse uma grande ruptura. Importante apoio desses anos que demonstra preocupação desse período com a questão nacional foi fortalecimento do BNDES e Forças Armadas. Cabe lembrar, no período final do governo Dilma, a proposta do Ministério da Defesa era de elevar os investimentos com a Defesa Nacional para 2% do PIB, o que seria um incremento factível, ainda que fosse à média, inferior ao da China, Índia e Rússia, países dos BRICS.



Figura 4: Recursos direcionados a defesa em relação ao PIB

Fonte: Ministério da Defesa, 2017.

3.4 Política Externa no Governo Temer

Ainda quando interino o governo Temer indicou o José Serra como Ministro das Relações Exteriores. Em seu discurso (1), num apanhado de dez diretrizes, se coloca como a mais importante à eliminação da ideologia na formulação e execução das ações. Na prática instrumentaliza a política externa, o seu primeiro ato público foi expedição em circular interna (2) do Itamaraty que orienta todo corpo diplomático e cobra dos embaixadores a defesa do impeachment, na tentativa de desvincular o atual governo do golpe de Estado.

Tratou-se de uma resposta enfática aos governos da Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador e Nicarágua, bem como a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) e a Secretaria Geral da Unasul (União das Nações Sul-Americanas), que posicionaram suas críticas em relação ao processo de impedimento de Dilma Rousseff. Assim como as dez diretrizes, em resumo, em seu discurso o Ministro buscou delinear às diretrizes do novo governo com a nova conjuntura internacional e apontar um alinhamento automático com os Estados Unidos.

Em entrevista (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016), José Serra ao ser questionado a respeito de Venezuela, Bolívia e Equador terem retirado seus Embaixadores no Brasil, em protesto contra o processo de impeachment de Dilma, o então Ministro deixou claro que houve manifestações favoráveis de parceiros importantes como os Estados Unidos e a Rússia, além das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA), fato que revela o quanto ideológico é a orientação do atual governo.

Em novembro de 2016, o governo alterou a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, (3) para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção, onde estão as maiores reservas recém-descobertas em todo o mundo, que colocam o Brasil entre os grandes produtores mundiais de petróleo. Eliminou o Fundo Social para a Saúde e Educação

formado com recursos do pré-sal.

No último dia 28 de dezembro entrou em vigor a “MP do Trilhão” que prevê a isenção de impostos as petrolíferas nacionais e estrangeiras até 2040, de acordo com a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados os cofres públicos deixarão de arrecadar cerca de 1 trilhão de reais. Além de isenção fiscal, ela perdoa dívidas antigas que a Receita Federal tentava, desde 2009, cobrar pela sonegação de impostos das petroleiras como Shell, Exxon, BP e Petrobras.

As ações acima confirmam a tese de que a política do governo Temer é pautada por aspectos ideológicos, diferente do dito no discurso, e que a nova orientação do eixo das relações internacionais retorna a tradição Norte-Sul. Hoje o país perdeu a orientação num modelo baseado em investimento público (obras de infra-estrutura com seus vizinhos) e combate à pobreza.

4 | RELAÇÕES COM GRANDES POTÊNCIAS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

4.1 Mercosul

A base da nossa inserção mundial é na consolidação dos esforços logrados na área Sul- Americana. Flexibilizar o Mercosul representa a possibilidade de estreitar as relações com outros países sem que passe pela consulta dos seu membros, significa permitir aos membros negociar acordos bilaterais com terceiros países. A ideia inicial dos criadores do bloco regional era seguir o modelo da União Europeia (UE).

Na contramão deste objetivo a visita de Serra a Argentina visando ampliar o diálogo bilateral quatro dias após ter assumido o cargo de MRE, em maio de 2016, deixa mais marginalizado os vizinhos do Mercosul, o Uruguai, Paraguai e Venezuela. Põe em prática seu discurso de posse que assegura renovar o Mercosul “para corrigir o que precisa ser corrigido” e “construir pontes com a Aliança do Pacífico”, integrada pelo Chile, a Colômbia, Costa Rica, o México e o Peru, como resultado da aproximação, foi realizada ainda a I Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina, em maio de 2017 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017).

Em 2016, em um processo bastante desgastante os países membros fundantes (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai) impediram a Venezuela de assumir a presidência pró-tempore do bloco. O processo resultou na Suspensão da Venezuela do Mercosul na “Declaração dos Estados Partes do Mercosul sobre a República Bolivariana da Venezuela”, de 1º de abril de 2017, (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016).

A convite de Temer, o presidente Macri visita o Brasil, em fevereiro de 2017, o encontro resultou no Plano de Ação e Declaração conjunta presidencial com objetivo de aprofundamento das relações em áreas prioritárias (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017). Priorizando os acordos de livre comércio e a promoção das

importações em detrimento do projeto de desenvolvimento, parcerias estratégicas e capacidade das estatais.

4.2 IIRSA

O IIRSA - Programa de Integração da Infra-Estrutura da Sul-americana, foi criado em 2000 com o objetivo de desenvolver integração física em âmbito regional, formada por 12 países da América do Sul, ele foi a proposta de maior expressão no governo de Fernando Henrique Cardoso, vindo a sofrer uma reavaliação no governo Lula que teve como enfoque da política externa o tema de mais destaque “integração de infraestrutura” por meio de obras via bilateral através de financiamentos do BNDES.

Em 2009, o IIRSA é incorporado como secretaria técnica ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da Unasul, a incorporação pode ser entendida como resultado da maior cobrança dos países da região nos financiamentos de projetos. Em 2011a AIC (Agenda de Implementação Consensuada) foi reformulada e renomeada como Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API), e reunia 42 projetos prioritários de integração com prazo de execução até 2022. Todavia, o IIRSA não conseguiu se desenvolver por meios de financiamento multilateral, a baixa capacidade de endividamento levantado pelos países acabou por influenciar objetivamente nos resultados do IIRSA com processo de integração sendo substituído por relações bilaterais.

4.3 As Relações com os Estados Unidos

A mudança de prioridade da política externa optou pela negociação de novos acordos comerciais na América Central e América do Sul. EUA e Chile foram os primeiros países a assinar acordos bilaterais na região em 2003, na sequência EUA e Peru, e EUA e Colômbia. Ainda encontram-se em negociação com Equador, Paraguai e Uruguai. Tais acordos intencionam o isolamento da Venezuela, a reaproximação com o México, a OEA e a Aliança do Pacífico que põe em xeque a liderança regional do Brasil, além de serem acordos que se contrapõem ao Mercosul.

A Alca foi enterrada em 2005, no entanto foram assinados acordos bilaterais que prejudicaram o Brasil agudizando a tendência protecionista do empresariado brasileiro. A estratégia de bilateralização dos EUA provocou alterações no processo de integração regional, facilitou a obtenção de novos mercados e maior influência geopolítica. Haja vista, os exemplos abaixo:

- Instalação de duas bases norte-americanas, uma em Ushuaia, Terro do Fogo, e outra na Tríplice Fronteira;
- A base em Ushuaia é uma projeção próxima e direta sobre a Antártica, a maior reserva gelada de água doce do mundo, além de conter importantes minerais estratégicos;

- A base na Tríplice Fronteira é uma projeção sobre o aquífero Guarani, a terceira maior reserva de água doce do mundo.

De acordo com Raffestin (1993), os recursos naturais como elementos presentes no território, o seu uso e transformação, são um instrumento de poder. Isso deixa aparente que o interesse, obviamente, é no campo geopolítico. Atualmente Comando Sul também opera bases/operações militares no Chile, Equador, Guiana, Paraguai, El Salvador, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá, Colômbia e Peru.

4.4 CELAC

A Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos - CELAC representa a inserção do Brasil nas Américas, a iniciativa contribui para dar visibilidade ao papel da liderança que o país busca exercer no âmbito regional, importante fórum de articulação que busca trabalhar nos âmbitos de concertação política, desenvolvimento e integração entre 33 países da América do Sul, América Central e Caribe. Único fórum em que esses países se reúnem sem a presença dos EUA, pondo fim a doutrina Moroe “A América para os Americanos”.

Em janeiro de 2017, ocorreu a V Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, o Presidente Temer e o Ministro José Serra se fizeram ausentes, enviando como representante brasileiro o embaixador Paulo Estivallet que teve que responder a declaração do presidente de Cuba Raúl Castro sobre “golpe de Estado parlamentar-judicial no Brasil”.

5 | CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo discutiu de forma sucinta o novo papel do estado-território, possibilitou análise da política externa brasileira nos temas Segurança e Defesa, do atual governo comparando-o com os governos petistas, a fim de identificar o limite hodierno inerente ao tema.

A análise de conjuntura permitiu, de um modo geral, perceber que a política externa e de defesa é exercida pelo monopólio do Estado, semelhantes em ambos os governos, com baixa participação social, e de que uma mudança de governo pode representar a mudança na política de Estado. Aferindo assim, que os objetivos propostos foram realmente alcançados.

Dada à importância do assunto, o Brasil inserido num cenário internacional caracterizado por incertezas tem influência direta tanto na definição da política externa, quanto em sua política de defesa, foi possível identificar os atores e os interesses que estão em jogo dentro do contexto de governança global.

Quanto ao tema “Defesa e Segurança” foram verificados que cortes de orçamento, a entrega da soberania nacional, o uso frequente do papel subsidiário das Forças Armadas no atual governo apresenta um desalinhamento ao Livro Branco da Defesa Nacional. A política

econômica adotada tem impacto direto na política estratégica. Devido às características territoriais e marítimas do país, inserido no continente no qual está a maior reserva de petróleo do mundo e cerca de um terço de todos os recursos hídricos do planeta, a América do Sul concentra quase 40% da reserva biogenética mundial, justifica uma defesa nacional forte, e constituem importantes ativos nacionais que devem ser resguardados por um poder dissuasório.

Portanto concluo que se adota no país uma postura de retração política e subordinação econômica com uma ideologia subserviente iludida em ganhos econômicos com grandes custos à soberania nacional. Logo a criação, fortalecimento e institucionalização dos instrumentos de participação social representam importantes canais democráticos de diálogo e ação entre o estado e sociedade civil, como as audiências e consultas públicas, ouvidorias, orçamento participativo, conferências temáticas e conselhos. Como também as lutas sociais, que alteram os níveis de composição do legislativo, judiciário e executivo e podem configurar uma alternativa para assegurar que a população seja protagonista de sua própria história.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.438, de 11 de fevereiro de 2011. Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do **Livro Branco de Defesa Nacional**, institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar estudos sobre temas pertinentes àquele Livro, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 fev. 2011.

_____. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “**dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2010.

_____. Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos**; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm. Acesso em 15 dez 2017.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2016.

_____. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2016.

BULL, Hedlet. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora UnB, 2002.

CAMARA LEGISLATIVA. **Ciência e tecnologia. Cortes no orçamento de ciência e tecnologia podem inviabilizar pesquisas**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIENCIA-E-TECNOLOGIA/546380-CORTES-NO-ORCAMENTO-DE-CIENCIA-E-TECNOLOGIA-PODEM-INVIABILIZAR-PESQUISAS.html>. Acesso em 20 dez. 2017.

_____. **“MP dos Trilhões”**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13586-28-dezembro-2017-786031-norma-pl.html>. Acesso em 28 dez. 2017.

CARMONA, Ronaldo: **A política de defesa e o governo Temer**. 15 de março 2017 Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/294389-1>. Acesso em 10 dez 2017.

COSTA, W. M. da. **Brasil e América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da Integração**. In: Oliveira, E. R. (org.). *Segurança & Defesa na América do Sul: da competição à Cooperação*. São Paulo: Fundação Memorial da América do Sul, 2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro: **A ofensiva conservadora e as crises**. 05 de Agosto 2015. Disponível em <https://jornalgn.com.br/noticia/a-ofensiva-conservadora-e-as-crises-por-samuel-pinheiro-guimaraes#content> Acesso em 10 dez. 2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Trad. de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Centro de Alcântara está pronta para uso, diz ministro**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2017/05/centro-de-alcantara-esta-pronto-para-uso-diz-ministro>. Acesso em 20 dez 2017.

_____. **Discurso do Ministro José Serra por ocasião da Cerimônia de Transmissão do Cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissaodo-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>. Acesso em 15 dez. 2017.

_____. **Forças Armadas reforçam o compromisso com o Brasil**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/38276-defesa-e-forcas-armadas-reforcam-o-compromisso-com-o-brasil>. Acesso em 23 dez. 2017.

_____. **Jungmann recebe o presidente da Boeing internacional**. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/33873-jungmann-recebe-o-presidente-da-boeing-internacional>. Acesso em 23 dez. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Circular telegráfica 100752 e 100755**. Secretaria de Estado de Relações Exteriores do Itamaraty (SERE), Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31-47d7-4485-ab65-ab0cee9cf8fe&ID=460514&Source=http%3A%2F%2Fwww%2Econsultaesic%2Ecgu%2Egov%2Ebr%2Fbusca%2FSitePages%2Fresultadopesquisa%2Easpx%3Fk%3D100755&Web=88cc5f44-8cfe-4964-8ff4-376b5ebb3bef>. Acesso em 20 dez. 2017.

_____. **Decisão sobre a suspensão da república bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação dos protocolos de Ushuaia sobre compromisso democrático**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico>. Acesso em 22 dez. 2017.

_____. **Memorando de entendimento entre o governo da república da federativa do Brasil e o governo da república Argentina para a criação do mecanismo de coordenação política Brasil-Argentina.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14058-memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-argentina-para-a-criacao-do-mecanismo-de-coordenacao-politica-brasil-argentina>. Acesso em 21 dez. 2017.

_____. **Reunião do mecanismo de coordenação política Brasil-Argentina.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16360-i-reuniao-do-mecanismo-de-coordenacao-politica-brasil-argentina-brasilia-30-de-maio-de-2017>. Acesso em 21 dez. 2017.

_____. **Visita de estado do Presidente da República da Argentina Mauricio Macri.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15700-visita-de-estado-do-presidente-da-republica-argentina-mauricio-macri-ao-brasil-brasilia-7-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em 21 dez. 2017. RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder** (1980). Trad. de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROSENAU, J. **Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial.** São Paulo: UnB-IOESP, 2000 (Edição original: *Governance without government*. New York: Cambridge University Press, 1992).

ROUSSEAU. **Do contrato social.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **De FHC a Lula Uma década de política externa (1995-2005).** *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 5. n. 2, jul.-dez. 2005. p. 381-397.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso a saúde 109

Assentamento Itamarati 109, 111, 112, 113, 114, 119

B

Bacias Hidrográficas 30, 32, 34, 75

BR - 101 Norte 64, 65, 78

C

Cacau 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Ciberespaço 1, 2, 3, 4, 10

Cidade pequena 44

Colegio 20, 23, 24, 25, 26

Contorno Mestre Álvaro 64, 74, 80, 81

D

Degradação Ambiental 30, 42

Desenvolvimento 2, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 31, 34, 47, 48, 51, 55, 56, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 76, 82, 96, 98, 99, 104, 105, 119

Dinâmicas urbanas 44

E

Educação Geográfica 2, 1, 2, 6, 8, 9, 94

Elección Vocacional 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

Enseñanza Secundaria 20

Estado 3, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 21, 31, 34, 43, 63, 67, 71, 75, 78, 80, 82, 94, 95, 96, 97, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 118

Estudiantes 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Expansão Urbana 30, 31, 34, 42, 82

F

Fronteiras 70, 95, 99, 109, 114, 118, 119

I

Identidade 46, 50, 51, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93

L

Lugar 4, 10, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

M

Mobilidade Urbana 8, 64, 66, 71, 72, 73, 78, 79, 80, 82

N

Novas Tecnologias 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9

O

Orçamento 94, 98, 99, 105, 106

P

Política de Defesa 94, 95, 97, 105, 106, 107

Política Externa 94, 95, 96, 98, 101, 102, 104, 105, 108

Políticas Públicas 11, 12, 14, 15, 19, 30, 34, 45, 48, 52, 53, 60, 62, 97, 110

Praças 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52

Prática Docente 1, 2, 6

S

Soberania 94, 96, 100, 105, 106

Sustentabilidade 12, 44, 45, 63

T

Território 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 31, 45, 52, 55, 64, 65, 66, 71, 76, 84, 94, 96, 100, 105, 109, 110, 111, 118, 119, 120

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: REFERENCIAL DE ORIENTAÇÃO AO PROCESSO EDUCATIVO

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: REFERENCIAL DE ORIENTAÇÃO AO PROCESSO EDUCATIVO

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 